

## Mercado S/A



**AMAURI SEGALLA**  
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

“A impressão que se tem é que as duas iniciativas do governo federal foram feitas de forma atabalhoada”

Noah Seelam/AFP



## Entregas e pedidos da Boeing desabam em maio

A Boeing enfrenta um dos períodos mais turbulentos de sua história. Em maio, a fabricante americana de aeronaves entregou 24 jatos — menos da metade dos 50 despachados no mesmo mês de 2023. Há números piores ainda. Também em maio, houve apenas quatro pedidos de aviões, sendo que um ano atrás foram 69. Não à toa, as ações da companhia negociadas na bolsa desabam 30% em 2024. A Boeing passou por um episódio alarmante em janeiro, quando um de seus aviões perdeu parte da fuselagem em pleno voo.

## Depois da tragédia, inflação assusta gaúchos

As tragédias sempre estão associadas a grandes perdas econômicas. Além dos prejuízos bilionários gerados pela destruição de casas, rodovias e empresas, um inimigo silencioso ameaça o Rio Grande do Sul: a disparada de preços. No mês passado, a inflação na região metropolitana de Porto Alegre foi de 0,87%, ou quase o dobro do índice médio registrado no país, que foi de 0,46%. Alimentos e combustíveis, itens essenciais na rotina das pessoas, apresentaram o maior aumento de preços.

## Governo erra na importação do arroz e na MP dos créditos tributários

Em poucos dias, o governo Lula protagonizou dois vexames na área econômica. Depois de surgirem suspeitas sobre o processo licitatório para a compra internacional de arroz pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Ministério da Agricultura, de Carlos Fávaro, anulou o leilão do cereal e exonerou o secretário de Política Agrícola, Neri Geller. Como se não bastasse, a gestão federal enrolou-se com a medida provisória (MP) que limita créditos de PIS e Cofins. Após a péssima repercussão no setor produtivo, com críticas contundentes que vieram de inúmeros setores econômicos, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, devolveu parte da MP que tratava do tema. “Foi uma decisão constitucional, de afirmação do Poder Legislativo e tranquilizadora para os setores afetados”, disse Pacheco. A impressão que se tem é que as duas iniciativas do governo federal, a importação do arroz e as mudanças nos créditos tributários, foram feitas de forma atabalhoada, sem as devidas consultas às partes afetadas.

Guilherme Martimon/Mapa



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



## Indústria de motos quebra recordes em maio

Basta olhar com atenção o trânsito nas cidades brasileiras para constatar que a indústria de motocicletas nunca esteve tão bem. Os números confirmam essa percepção. Segundo a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetes, Bicicletas e Similares (Abraciclo), o setor produziu 160,3 mil unidades em maio — trata-se do melhor resultado para o mês em 14 anos. De janeiro a maio, a indústria fabricou 761 mil motos, um avanço de 14% versus igual período de 2023.

2,6%

é quanto a economia mundial crescerá em 2024, segundo relatório do Banco Mundial. Trata-se do mesmo índice registrado em 2023



Pretendemos fazer um novo leilão, quem sabe em outros modelos, para que a gente possa ter garantia que vamos contratar empresa com capacidade técnica e financeira”

**Edegar Pretto**, presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ao anunciar a anulação do leilão para a compra de arroz importado

## RAPIDINHAS

» A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) enviou ofício aos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social e à Casa Civil solicitando a flexibilização das regras trabalhistas no Rio Grande do Sul. Segundo a entidade, há uma brecha na Lei 14.437/22 que permite a adoção da medida em períodos de calamidade pública.

» A Lei permite instituir, por exemplo, o teletrabalho, a antecipação de férias individuais e a concessão de férias coletivas, entre outras iniciativas. Para o presidente da FIEMG, Flávio Roscoe, o resgate da lei pode auxiliar as empresas e a população do Rio Grande do Sul a minimizar os efeitos perversos das enchentes.

» Dez alunos de graduação da Harven Agribusiness School, primeira instituição de ensino superior do Brasil voltada exclusivamente ao agronegócio, participarão da 34ª Conferência Mundial do Ifama, organização internacional que reúne acadêmicos, estudantes, Ongs e lideranças políticas e profissionais do agro.

» O evento ocorre de 17 a 20 de junho, na Espanha. Ao lado de jovens de outros países, os alunos brasileiros disputam a competição global, que consiste em apresentar soluções para um estudo de caso real do agronegócio. Marcos Fava Neves, fundador da Harven, e Roberto Fava Scare, CEO da instituição, também participarão da conferência.

## FUNCIONALISMO PÚBLICO

## “Demandas estão represadas”

Em entrevista ao *CB.Poder*, presidente do Sindilegis, Alison Souza, apontou que a interlocução entre governo e serviço público foi interdita durante a gestão Bolsonaro, o que gerou fortes prejuízos para servidores de todos os setores

» HENRIQUE FREGONASSE\*

A greve dos servidores públicos da educação superior, que já dura três meses, produziu ao menos um resultado positivo: o diálogo entre o governo federal e os servidores. Essa é a avaliação do convidado do *CB.Poder* — parceria entre *Correio* e *TV Brasília* — de ontem, presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), Alison Souza.

O sindicalista comentou que o serviço público brasileiro passou por um período de forte interdição no diálogo com o Poder Executivo durante os quatro anos do governo Jair Bolsonaro. Aos jornalistas Vinicius Doria e Renato Souza, ele defendeu a necessidade de que o atual governo dê a devida atenção às reivindicações dos servidores, especialmente no que se refere ao reajuste dos salários.

“Ficamos muitos anos com demandas represadas em um governo em que, ao menos em nível Federal, nós não tínhamos nenhum diálogo possível. Não havia mesas de negociação e, naturalmente, isso representou um conjunto de demandas — sobretudo remuneratórias — dos servidores. Mas não só remuneratórias, houve muito apontamento de assédio institucional aos servidores no governo anterior. São situações muito difíceis, sobretudo porque vivemos uma pandemia, um momento em que o serviço público foi fundamental para o nosso país. Então, fruto de todo esse represamento, hoje nós estamos vivendo uma situação que desembocou

Reprodução/TV Brasília



Em entrevista aos jornalistas Vinicius Doria e Renato Souza, Alison Souza pediu que governo atenda, pelo menos, aos setores com maior impacto social



É difícil saber o que vai acontecer de fato, porque existem muitas carreiras, dentro do serviço público, em situações muito diferentes”

**Alison Souza**, presidente do Sindilegis

neste governo, que é um governo mais ligado aos trabalhadores, e nós temos, então, todas essas demandas sendo colocadas na mesa”, explicou.

## Outros setores

Questionado sobre a possibilidade de que mais setores do serviço público entrem em greve — vide a situação que acomete a educação superior pública — caso o governo falhe em atender às demandas dos servidores, Alison Souza argumentou ser impossível prever. Contudo, reforçou a crença de que o governo deveria dar uma “atenção muito especial”, principalmente às demandas advindas dos setores de maior

impacto na sociedade. “É difícil saber o que vai acontecer de fato, porque existem muitas carreiras, dentro do serviço público, em situações muito diferentes. Mas, especialmente, as carreiras com maior impacto na sociedade — educação, saúde e segurança, eu creio que o governo precisa dar uma atenção muito especial a essas colegas. Porque, de fato, eles estão sofrendo há muito tempo. São pessoas que sofreram muito na época da pandemia. Eles não faltaram aos brasileiros e merecem, portanto, receber do governo e de toda a nossa sociedade um carinho muito especial nesse momento de negociação”, ressaltou.

A possibilidade de que haja greves no serviço público durante

o atual governo — com o qual os servidores mantêm constante diálogo — após quatro anos de outro em que, apesar da falta de interlocução, não houve nenhuma, não representa uma contradição para o presidente do Sindilegis. Ele argumentou que o momento pandêmico exigiu dos servidores a consciência de que seria necessário sacrificar as reivindicações em prol da saúde e bem-estar da população brasileira e que, tendo retomado um estado de normalidade, é preciso voltar a dar atenção a essas demandas.

“Não era um momento de reivindicar. Era um momento de muito sacrifício de todos nós brasileiros, e do serviço público, igualmente. Eu creio que agora é

um outro momento que nós estamos vivendo. A Economia cresceu 3% no ano passado, esse ano deve crescer mais 2%. Quer dizer, nós estamos voltando a uma normalidade e é preciso dar alguma satisfação para todo esse sacrifício que foi experimentado ao longo dos últimos anos”, explicou.

## “Tem que ter concurso”

Alison Souza defendeu a necessidade de que haja novos concursos públicos para a renovação do contingente de servidores brasileiros. Ele argumentou que, apesar do sindicato representar, também, os interesses dos servidores comissionados — responsáveis por assumir esses cargos públicos na ausência de servidores concursados —, a cultura organizacional das instituições públicas depende da presença do servidor concursado.

“Nós precisamos entender que há — e a Constituição fez isso — uma repartição de atribuições. O servidor comissionado tem o espaço dele mas, quando você pensa na Instituição — e aqui eu estou falando de Câmara, Senado e TCU, por exemplo —, você precisa de servidor concursado. O trabalho técnico, o trabalho perene e a cultura organizacional dependem disso para o bom funcionamento daquela instituição, até mesmo para não acontecer uma excessiva ingerência política sobre esse funcionamento. É preciso que o servidor tenha uma estabilidade e ele precisa de uma impessoalidade para que ele exerça bem o seu papel”, afirmou.

\* Estagiário sob supervisão de Edla Lula